

Presidente corre contra o tempo. Até onde vai?

RIVALDO CHINEM
JOSÉ FONSECA FILHO

Sarney corre contra o relógio. Ao perder um ano de mandato na Comissão de Sistematização, o presidente José Sarney se deu conta de que lhe restam apenas 15 meses de governo — e, desesperado, promete dedicar-se mais à administração, arregaça as mangas e começa a "realizar cinco anos em 15 meses". Mas governadores, um senador e alguns empresários colocam em dúvida os resultados desta luta desenfreada contra o tempo.

Não é a primeira vez que Sarney exhibe uma reação inesperada. Sempre que seu governo parece chegar ao fundo do poço ele lança a culpa dos malogros nas amarras políticas em que se enreda e promete ação enérgica daí por diante. Ou faz retaliações, ou então se comporta com uma alegria só imaginável no rosto das crianças. Foi o que aconteceu quando o Centrão obteve a primeira vitória nesta semana, ao ser aprovada a emenda da mudança do regimento interno. Os líderes do movimento, Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) e Gastone Righi (PTB-SP) ouviram de Sarney a exaltação: "Vocês criaram um Brasil novo. A Nação está aliviada". Outra de sua reação foi em São José dos Campos, ao ser perguntado se renunciaria, caso a Constituinte não fosse do seu agrado. Sarney evocou ao mesmo tempo Jânio, Jango e Getúlio: "Nem renúncia, nem deposição nem suicídio".

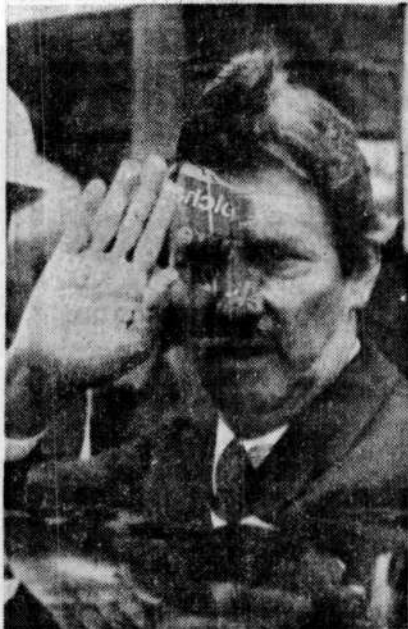
Acostumado a governar com uma pequena e seleta corte, o presidente Sarney tem sempre ao seu lado o general Leônidas Pires Gonçalves, o consultor-geral Saulo Ramos — velhos amigos dos tempos em que trabalhavam juntos no gabinete do então presidente Jânio Quadros em 1961 — e agora o ex-deputado constituinte Prisco Viana, atual ministro da Habitação, Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, um ex-jornalista eleito pela Bahia.

Quase todos os dias, antes de seguir para seu gabinete, Prisco Viana toma o café da manhã com o presidente José Sarney no Palácio da Alvorada. Não esconde a determinação de fazer com que o trabalho do ministério resulte em dividendos políticos para o governo. Para isso, Prisco conta com generoso orçamento e organismos estratégicos como a Caixa Econômica Federal, que no orçamento de 88 lidará com dois trilhões de cruzados, sendo 130 bilhões somente para saneamento, justamente duas das áreas mais sensíveis aos efeitos políticos.

Há dias em que Prisco Viana recebe mais de 40 deputados e três de-

zenas de prefeitos. Número variável quando as audiências são conjuntas e por região. Prisco Viana já recebeu 158 prefeitos em grupos. Dizem que assim se torna postulante ao governo baiano, embora tenha tentado disputar através de indicação partidária na época do pleito indireto. Os tempos e os objetivos agora são outros.

O governador de Alagoas, Fernando Collor de Melo, perseguido por ter forçado sua bancada a votar pelos quatro anos para Sarney, foi se queixar ao multipresidente Ulysses Guimarães quando da ocupação da interinidade na Presidência da República. "Considero a retaliação uma prática abjeta, imoral, digna da repulsa do povo e de toda a sociedade brasileira" — disse, ao se referir ao boicote que seu estado vem sofrendo. O ministro Prisco Viana foi cita-



Prisco Viana

17/11/87

do por Collor de Melo como o agente desta discriminação, mas Prisco responde: "Não se trata de represália ao maior crítico do presidente entre os governadores, mas da revisão determinada em todos os nossos programas aprovados anteriormente, de forma a adequá-los à administração".

Governadores, prefeitos e políticos de modo geral dependerão bastante de Prisco Viana, porque seu ministério atua em áreas estratégicas da administração pública — saneamento, abastecimento de água, habitação e transportes de massas — e não só isso: por englobar o meio ambiente, construção de barragens e grandes indústrias que produzem efeitos na ecologia, nada é autorizado sem a aprovação do ministro. Assim, além de amigo pessoal e da con-

fiança do presidente Sarney e um dos mais poderosos do governo pela máquina administrativa que comanda, Prisco Viana tem consciência de que grande parte de recursos da Caixa Econômica Federal são liberados a fundo perdido para aplicação em saneamento, abastecimento de água e orçamento.

Prisco Viana trabalha das 8 da manhã até as 23 horas. Está convencido de que seu trabalho não será dissociado da política, e com ele poderá ajudar o governo sem considerar a questão partidária. "Sou deputado do PMDB, mas ministro do governo." Nega as retaliações contra os governadores Miguel Arraes e Valdir Pires. Há dias, atendendo a pedido pessoal de Arraes, liberou 223 milhões de cruzados para programas habitacionais em Pernambuco. Para a Bahia assinou convênio de sete bilhões de cruzados beneficiando a capital e 52 municípios do interior. Só que o convênio não foi firmado com o governador, mas com cada um dos prefeitos.

O senador José Richa (PMDB-PR) duvida de toda essa parafernália de obras, e da intenção do presidente José Sarney de governar 15 meses como se tivesse 5 anos: "Isso só agrava ainda mais a situação, porque ao despejar recursos sem planejamento o problema é fazer esse programa ter retorno. Vai agravar o déficit público e tornar a inflação ainda mais incontrolável".

Empresários da Fiesp também pensam desta forma. Carlos Eduardo Moreira Ferreira, primeiro vice-presidente da entidade, diz que sob o ponto de vista empresarial nada se faz rapidamente, senão corre-se o risco de se fazer mal feito. "Obras desnecessárias como a ferrovia Norte-Sul e a siderúrgica no Maranhão como o presidente pretende fazer são tão desnecessárias quanto faraônicas" — diz Moreira Ferreira.

"Pior do que isso é que o País não tem condições econômicas de absorver o impacto" — diz outro empresário, Roberto Della Manna, primeiro secretário da Fiesp. "Teremos 15 meses não de obras, mas a continuação dos três anos de campanha política e de interesses pessoais do presidente."

"Agora não temos só a obrigação de vigiar os constituintes, mas também as ações do presidente Sarney, já que o Brasil não vai agüentar, nenhuma empresa agüenta esse ritmo" — conclui o presidente da Bolsa de Valores de São Paulo, Eduardo Rocha Azevedo.

Serviço local e Brasília/
Agência Estado